

A MILITÂNCIA COMUNISTA NA DÉCADA DE 1970 E SEUS PORQUÊS

Jorge Wilton Pereira de Jesus¹

Resumo: O texto discute as motivações pelas quais alguns jovens estudantes e ativistas do movimento estudantil terminaram ingressando no Partido Comunista do Brasil, nos anos de 1970. A partir das contribuições teóricas de autores como Alfred Schutz, Ciro F. Cardoso e Gilberto Velho e de depoimentos orais, procura-se apreender e contextualizar os porquês de um grupo de pessoas de origens sociais e espaciais distintas, e em momentos igualmente diversos, optarem pela militância partidária clandestina e de contestação ao regime militar brasileiro.

Palavras-chave: Motivação; Militância comunista; Ditadura militar.

Na historiografia há muitos registros da adesão de estudantes às organizações de esquerda no período do regime militar, particularmente daqueles que tinham alguma militância no movimento estudantil. O objetivo deste trabalho é discutir as razões pelas quais se dava tal adesão.

Indagar sobre o que motivava os ativistas estudantis a ingressarem numa organização como o Partido Comunista, ainda na clandestinidade imposta pela ditadura militar, significa fazê-los revelar, na verdade, o que eles hoje consideram haver sido importante na sua escolha, ou seja, implica em inquirir sobre a dimensão subjetiva dessas opções. No entanto, caberia saber também quais as condições que os levaram a optar pelo PCdoB e não por outra organização. Isso remete, portanto, à discussão sobre os aspectos subjetivos e objetivos dos motivos que levam os indivíduos a implementar determinada ação.

O sociólogo suíço Alfred Schutz discute a noção de motivação, distinguindo “motivos a fim de” e “motivos por quê” e situando a relação entre subjetividade e história de vida:

“Diz-se frequentemente que as ações, dentro do significado de nossa definição, são comportamento motivado. Apesar disso, o termo ‘motivo’ é equívoco, e abrange dois conjuntos diferentes de conceitos, que temos de distinguir. Podemos dizer que o motivo do assassino era obter o dinheiro da vítima. Aqui, ‘motivo’ quer dizer o estado de coisas, o fim em função do qual a ação foi levada a cabo. Chamaremos esse tipo de motivo de ‘motivo a fim de’. Do ponto de vista do ator, essa classe de motivos refere-se a seu futuro. Na terminologia que sugerimos, podemos dizer que o ato projetado, isto é, o estado de coisas pré-imaginado, que será acarretado pela ação futura, constitui ‘o motivo a fim de’ desta última” (SCHUTZ, 1979, p. 124-125).

O sociólogo, assim, e liminarmente, associa a noção de motivo com algo almejado pelo sujeito, no caso, obter dinheiro. Mas poderia ser, num outro exemplo, pretender alterar uma ordem política ou uma condição social. Mas Schutz aduz outros elementos que tornam mais complexa a sua noção de motivação.

¹ Aluno do Mestrado em Cultural e Desenvolvimento Regional da Universidade do Estado da Bahia – UNEB. jwpj@uol.com.br.

“No entanto, o que é motivado por esse tipo de ‘motivo a fim de’? Obviamente, não é o projeto em si. Na minha fantasia, posso projetar cometer um assassinio sem ter nenhuma intenção de realizar tal projeto. O que é motivado pelo modo de ‘a fim de’, portanto, é a palavra de ordem voluntária, a decisão: ‘Vamos!’, que transforma a fantasia interior em desempenho ou ação que afeta o mundo exterior.

Em oposição à classe de ‘motivos a fim de’, temos de distinguir outra, que sugerimos chamar de ‘motivos por quê’. O assassino foi motivado a cometer seus atos porque cresceu num ambiente de tal e tal tipo, porque, como mostra a psicanálise, teve na sua infância tais e tais experiências, etc. Assim, do ponto de vista do ator, os ‘motivos por quê’, remetem a experiências passadas. Essas experiências determinaram que ele agisse como agiu. O que é motivado numa ação no modo ‘por quê’ é o projeto de ação em si. O ator teve diversas outras possibilidades de satisfazer sua necessidade de dinheiro além de matar um homem; por exemplo, trabalhar por ele numa ocupação remuneradora. Sua idéia de conseguir esse objetivo matando um homem foi determinada por sua situação pessoal, ou mais precisamente, por sua história de vida, conforme sedimentada nas suas circunstâncias pessoais”. (SCHUTZ, 1979, p. 124-125)

O autor completa o seu raciocínio, destacando a importância do ator na observação posterior dos seus próprios atos para a identificação daquilo que genuinamente poderia ser identificado como motivos pelos quais aqueles foram praticados:

“Até aqui analisamos o aspecto subjetivo das duas categorias de motivos, isto é, o aspecto do ponto de vista do ator. Ficou demonstrado que o ‘motivo a fim de’ se refere à atitude do ator que vive o processo de sua ação em curso. Ele é, portanto, uma categoria essencialmente subjetiva, que só é revelada ao observador se ele pergunta qual o significado que o ator atribui à sua ação. O ‘motivo por que’ genuíno, entretanto, como descobrimos, é uma categoria objetiva, acessível ao observador, que tem de reconstruir a partir do ato realizado ou, mais precisamente, a partir do estado de coisas provocado no mundo exterior pela ação do ator, a atitude do ator em sua ação. Somente na medida em que o ator se volta para o seu passado, e assim se torna um observador de seus próprios atos, é que ele pode captar os ‘motivos por que’ genuínos deles” (SCHUTZ, 1979, p.126).

O sociólogo suíço elabora, assim, uma noção de motivação para a ação que tem duas dimensões que se articulam. Uma que se localiza na subjetividade do ator e uma outra que vincula-se com a sua trajetória e o ambiente onde se desenvolve a ação.

Por sua vez, ao discutir a noção de representações sociais, *Ciro F. Cardoso* abordou um ponto relativo à “averiguação das causas de os seres humanos, individualmente ou em grupo, agirem como agem”. Segundo este historiador,

“Toda conduta humana, seja individual, seja coletiva, pode ser apresentada como resultado final de dois processos de seleção. O primeiro é a passagem pelo filtro definido pelo conjunto de limitações estruturais - sobre os quais os agentes não exercem controle -, que reduz as possibilidades alternativas de agir, de seu número teórico a um conjunto menor de ações efetivamente possíveis. O segundo é outro filtro, o do mecanismo que leva a escolher, dentre as ações factíveis remanescentes, aquela que será efetivamente realizada” (CARDOSO e MALERBA, 2000, p. 33).

Cardoso observou que os cientistas sociais, ao buscarem explicar as escolhas, em geral adotam posições contrastantes, focalizando ora a intencionalidade, ora a causalidade cultural ou estrutural.

Portanto, no entendimento de ambos os autores, os motivos em razão dos quais os atores desencadeiam suas ações não são informados por elementos meramente subjetivos. Há de se examinar, assim, a ocorrência de outros motivos que são independentes da vontade dos atores e que se inscrevem no que Schutz nomeou de “motivo por que” e, Cardoso, de causalidade.

De qualquer maneira, o historiador parece ter razão ao sustentar a impossibilidade ou a grande dificuldade de se “chegar a conhecer, de forma diretamente comprovável, as motivações dos agentes em si mesmas (...), o movimento conducente às decisões que comandam as escolhas em matéria de ação individual ou coletiva” (CARDOSO e MALERBA, 2000, p. 34). Portanto, seria necessário “inferir indiretamente as motivações ou os processos decisórios”. Assim, recomenda Cardoso, “um conhecimento das representações sociais em curso na sociedade (e na época) em estudo pode ser de enorme valia, relativamente ao entendimento de qualquer dos processos ou filtros aludidos” (CARDOSO e MALERBA, 2000, p. 34). Porém, se os narradores indicaram certas motivações como aquelas que os levaram a praticar determinada ação é por que foram aquelas que pareceram ter mais significado para eles. É a natureza seletiva da memória que faz com que seja dessa forma: fica – na memória - o que significa (BOSI, 2003, p. 66).

As motivações que levavam aqueles estudantes a optarem pela militância no PCdoB, como se verá adiante, parecem permeadas pelos “motivos a fim de” e “motivos por que” e apresentam-se semelhantes e diferentes entre si e, às vezes, marcadas por certa ambigüidade.

Olival Freire Júnior seleciona vários aspectos da sua trajetória de jovem envolvido com a cultura rebelde dos anos de 1960 como motivos que o levariam a entrar em qualquer grupo de esquerda da época. Mas não ignora o compromisso que já havia estabelecido com a atividade política no movimento dos estudantes, na luta contra o provão em 1972, que se constituiu na mobilização dos estudantes em torno de um mandado de segurança para evitar a realização daquilo que seria um segundo vestibular, dessa vez, já cursando a universidade e, depois, o “vitorioso” boicote à realização das provas, já que o mandado de segurança não havia sido obtido.

O estudante de Engenharia Elétrica, que depois se transfere para Física, conta que

“Finalmente, em fevereiro de 73, o Eduardo me perguntou se eu não queria entrar no PCdoB. E aquilo pra mim veio como uma pergunta que era mais ou menos óbvia. Já me sentia comprometido de tal ordem com aquela atividade política que eu não pensei duas vezes. Mas eu acho que na minha decisão, além da experiência do provão, tiveram outros fatores, que são fatores talvez mais de ordem individual. Eu já citei o meu interesse na vida cultural, então isso me predisponha contra o regime militar na época independente dessa história do provão. (...) eu não entrei no PCdoB por que o PCdoB era um partido marxista, eu entrei no PCdoB por que eu queria lutar contra a ditadura e à época, para lutar contra a ditadura foi a alternativa que chegou até mim. Eu diria que se chegasse a alternativa de um outro grupo de esquerda provavelmente a minha trajetória teria sido dentro de um outro grupo de esquerda. Eu só vim compreender distinções importantes entre o PCdoB e outros grupos de esquerda muito depois. Um pouco depois eu compreendi melhor as distinções do PCdoB com o Partidão, que tinha uma certa presença na universidade, aí por volta de 73 pra frente, eu vou falar, era o Dida, que era o presidente do D.A. de História, Eduardo Santiago, se eu não me engano, tá aí ativo hoje na política, né? Dida e a mulher dele, Lena, aí eu não me lembro o nome dela todo. Então eu entendia a distinção entre o PCdoB e o PCB mas eu já estava no PCdoB. E a

distinção na época era muito simples: era uma distinção de que o PCB tinha sido contra a luta armada e que o PCdoB era a favor da luta armada, portanto era uma distinção absolutamente simplista” (FREIRE JUNIOR, 2007).

Mas, segundo o interlocutor, houve outras razões que o teriam impulsionado a abraçar a militância comunista e que se relacionam com certos valores. Segue o relato:

“Mas o que é que eu quero dizer é que tanto na minha trajetória quanto na trajetória do Rogério pra gente chegar ao PCdoB, eu acho que tem um traço também assim pessoal, que é ligado a esse interesse cultural, e que tem a ver também com a expressão que tinha o Pasquim. E é um traço que é só hoje com o passar do tempo é que eu compreendo melhor. E é o fato de que nós vínhamos de uma família de classe média bem arrumada, a Universidade era a ascensão social pra gente, o Rogério entrou em Administração, eu entrei em Engenharia Elétrica, mas, através um pouco da cultura, nós passamos a contestar fortemente o que a gente chamava na época os valores pequeno-burgueses. Os valores pequeno-burgueses na época não tinham nada a ver com o que você vai chamar dentro de um partido comunista de valores pequeno-burgueses, ou pelo menos a relação é muito indireta. Os valores pequeno-burgueses eram: se formar, casar, enriquecer. Então, nós nos rebelamos contra isso, como tantos..., visto em retrospectiva, tantos jovens da época se rebelaram contra isso. Muitos se rebelaram pelo caminho do movimento hippie, drogas, então é sintomático que tanto eu quanto Rogério, a gente chegou a fazer uma pequena experiência no movimento hippie, coisa talvez de uma semana. Nós fizemos uma viagem daqui pro interior, com mochila nas costas, de carona, isso deve ter sido em meados de 72, ou no final de 72. Então, eu digo que isso contou por que na decisão de entrar no partido naquela altura era claro pra mim de que aquela idéia de estabilidade na vida, uma ascensão social não era um valor tão forte, e isso deve ter facilitado a minha decisão de entrar no partido, que na época entrar no partido era uma coisa que é..., isso também era absolutamente claro, que podia representar no dia seguinte ser preso, e ser assassinado, torturado e, eventualmente, assassinado” (FREIRE JUNIOR, 2007).

Se expressa na narração de Olival, a articulação entre passado e presente, entre o ator e o observador. Ele identifica uma multiplicidade de motivos que recobrem a luta especificamente estudantil, as restrições da ditadura à atividade cultural, por meio da censura, e uma ampla contestação a certos valores que permeavam o imaginário da classe média, destacando que a escolha pelo PCdoB se deu por que foi a alternativa que chegou até ele.

As motivações alegadas por Antônio do Carmo indicam para outra direção, em certo sentido apenas. Por que o elemento de contestação da ditadura também se faz presente. Ele relata assim como sua trajetória de jovem curioso e inquieto, que “queria saber das coisas” o levou ao PCdoB:

“O que me levou a entrar no partido não foi tanto uma consciência sobre o que tava acontecendo. Eu sou de origem bem pobre, nasci e me criei na Lapinha, um bairro pobre de Salvador; e sempre li muito (...) Comecei a trabalhar numa distribuidora de livro e de revista. Nessa distribuidora, tinha um jornal chamado Opinião, aí..., eu lia esse jornal, achava interessantes algumas matérias, na época... Aí, comecei a procurar alguma coisa. Procurei, entrei na Universidade Federal da Bahia em 72. Aí, eu fui no Mosteiro de São Bento. Cheguei lá, entrei e procurei um padre lá, o primeiro que me atendeu, aí eu falei

que eu queria saber mais das coisas (...), ele virou e disse: me aguarde aqui. Aí, foi lá dentro (...) e voltou com um documento da Igreja. O título do documento era “Ouvi os clamores do meu povo”. E era um documento da Igreja, assim..., bem forte, era um documento contra a ditadura! E ele com muito cuidado, teve certo cuidado, me passou esse documento, me passou outras coisas, uns quatro ou cinco livretinhos, esse ficou na minha memória. E, depois, eu não voltei lá. Na universidade, em 1972, eu fiz Ciências Contábeis, aí começou, eu ficava vendo..., procurando ver as coisas e tal”.(DO CARMO, 2006).

O narrador parece indicar que as suas origens sociais e a busca por saber das coisas é que o levaram ao PCdoB. Antônio diz, ainda, que a opção partidária não decorreu “tanto de uma consciência sobre o que tava acontecendo”. Aqui, ele parece se subestimar, uma vez que o mesmo já lia o jornal Opinião, de esquerda, onde, segundo ele próprio, havia umas “matérias interessantes”. Além disso, logo após o ingresso na UFBA, já havia estabelecido contato com o clero progressista e com as opiniões destes contra a ditadura. Esse contato, pelo tom da narrativa, teve grande significado. Ao referir-se ao material entregue pelo padre, diz Antônio: “era um documento bem forte, contra a ditadura!” e que “ficou na minha memória”.

Seguramente, o documento “Ouvi os clamores do povo” era um texto cheio de significados, principalmente de natureza política, pela abrangência e pela contundência que continha. De autoria de bispos católicos do Nordeste brasileiro e publicado em maio de 1973, esse texto foi considerado por Márcio Moreira Alves “o documento mais radical que uma força política não clandestina jamais ousara publicar desde 1964” (ALVES apud ZACHARIADES). Comentário que dá toda a razão às impressões registradas por Antônio. Em uma das passagens do documento lê-se:

“A inviolabilidade do lar, o hábeas corpus, o sigilo da correspondência, as liberdades de imprensa, de reunião e de livre expressão do pensamento, são direitos que foram subtraídos ao povo. A liberdade sindical e o direito de greve foram arrebatados à classe operária. Para conter resistências a tais condições de opressão e injustiça, a violação desses direitos humanos é excedida por atos de violência ainda maior. O terrorismo oficial instituiu o controle através da espionagem interna e da polícia secreta recorrendo com frequência à tortura e ao assassinato” (Caderno do CEAS, apud ZACHARIADHES, 2006).

Sem dúvida, foi um texto de impacto, que expressava toda indignação do clero diante da asfixia política imposta à sociedade pelo regime militar. O documento teve proibida a sua publicação na imprensa.

Um outro autor, Dermi Azevedo, observa que a prática gerada a partir das mudanças de orientação da Igreja, iniciadas no Concílio Vaticano II, em 1964, leva a Igreja a direcionar a sua atuação, na sociedade brasileira, a partir da situação dos pobres e dos excluídos. Para o autor, no início dos anos de 1970, “a Igreja concentra sua atuação nas áreas econômica e política, em dois focos: no modelo econômico vigente, que considera elitista e concentrador de rendas, e no regime de exceção, diante do qual se compromete a lutar para o restabelecimento da ordem democrática” (AZEVEDO, 2004, pp. 04-05). É assim que um marco simbólico dessa fase da Igreja estabelece-se com a publicação, em 1973, de três documentos episcopais: “Ouvi os clamores de meu povo”, “Documento do Centro-Oeste”, e “Y-Juca-Pirama” - o índio, aquele que deve morrer.

A motivação de Antônio para ingressar no PCdoB diferiu daquelas apresentadas por outros militantes, como Vandilson, por exemplo. Este considerou como decisivo para a sua

opção a identidade que tinha com as bandeiras políticas levantadas pela organização. Diz ele: “primeiro a identidade que eu tinha... Eu me identifiquei com as bandeiras políticas levantadas e que, logo depois, eu não tive dificuldade de saber que aquilo ali era de uma corrente política, que era vinculada ao PCdoB”. Trata-se da defesa das liberdades democráticas, da convocação de uma Assembléia Constituinte, além das bandeiras especificamente estudantis. O narrador lembra ainda que rejeitava as posições dos trotsquistas, que criticavam as alianças propostas pelo PCdoB, e

“Eu achava que a luta tinha que ampliar o máximo porque sempre entendi que, para vencer o regime militar e conquistar uma nova sociedade, tinha que contar com o maior leque possível de forças participando e atuando para poder conseguir imprimir a derrota aos militares. Nesse passo aí, eu, tendo acesso aos documentos do partido, me envolvendo cada vez mais, porque, de qualquer sorte, eu acabei tendo um envolvimento digamos assim, embora eu não fosse orgânico, uma ligação muito pessoal, com as pessoas que hoje eu identifico como pessoas que eram do partido, né, como Olival Freire, Tinoco, Manoel José” (COSTA, 2006).

Em suma, a entrada de Vandilson no PCdoB decorreu do grau de aceitação que o mesmo tinha das posições políticas partidárias, do seu anterior envolvimento com as lutas estudantis e das relações pessoais construídas nesse processo.

As bandeiras partidárias também estiveram entre as motivações apresentadas por Manoel Messias Gonzaga, que agrega a defesa do socialismo e a luta anticapitalista:

“As bandeiras que o partido levantava, isso tinha muito a ver com o que eu imaginava também. Primeiro, a reforma agrária, liberdade, Constituinte Soberana, no caso do movimento estudantil, as bandeiras que levantava pela universidade pública, gratuita e de qualidade, democracia, todas as bandeiras que o partido levantava..., e o socialismo! Ah! Não posso esquecer esse detalhe! Esse era o partido da classe operária! Esse era o partido que lutava pelo fim do capitalismo. Que aí eu já era consciente!” (GONZAGA, 2007).

A presença do regime militar - tida como muito forte no cotidiano das pessoas e do país - e a necessidade de sua derrubada aparecem como as motivações da opção partidária de Everaldo Augusto da Silva, que lembrou assim:

“Derrubar o regime militar, derrubar o regime militar. Por que a presença do regime militar era algo bem visível, no dia a dia, em tudo quanto é coisa, entendeu? Na situação do país, no trabalho, na organização do povo, na imprensa. Então, o regime de ditadura era facilmente percebido e existia toda uma perspectiva de que a solução para os problemas do povo passava pelo fim do regime militar, e que era impossível dar conta dos problemas sociais do país, dos problemas econômicos, da liberdade, da democracia, da representação, da eleição direta preservando a ditadura militar, ou então melhorando a ditadura militar. Isso era uma coisa inconcebível, não tinha como” (SILVA, 2007).

Outra foi a principal motivação apresentada por Deoclides. Ele, que tinha uma atuação política antes mesmo de entrar na Universidade, como ativista em grêmios estudantis no interior, relata assim as razões da sua adesão à organização comunista:

“Olha, uma das coisas é o sentimento, primeiro, de justiça, né, eu achava que tinha alguma coisa para consertar, via que, é..., com os contatos que eu tinha... foram vários, né, até realmente chegar a esse contato com Olival. Depois, eu tive contato com algumas pessoas que tavam tendo o mesmo acompanhamento que eu. Foi Eliana, Fred... Então era uma questão de justiça e, também, se via que o..., era um partido que... eu não tinha bem clareza..., eu não tinha notícia nenhuma, fora desses contatos, da existência do partido. Eu vim do interior... Até mesmo aquelas notas que saíram sobre a o Araguaia, eu não tinha acesso, eu só vim saber depois. Mesmo aquelas notas que saíram na Folha de São Paulo, em 1975, me parece, eu não sabia. E sabia que as lideranças que estavam ali, que dirigiam o movimento na Baiana eram desse partido também e, de qualquer maneira, isso aí foi uma referência”(OLIVEIRA JÚNIOR, 2006).

Ao contrário dos narradores que o antecederam, Deoclides apresenta razões éticas – o “sentimento de justiça” – para a sua opção político-ideológica. O que talvez tivesse a ver com as suas ligações com a doutrina social da Igreja Católica, uma vez que na adolescência ele havia sido católico praticante na função de “coroinha”. Ele agrega, no entanto, uma outra razão, também evocada por um dos outros narradores, que era o fato de que as lideranças do movimento na sua escola pertenciam à agremiação comunista.

A segunda metade dos anos de 1970, particularmente o ano de 1977, foi marcada pelo retorno dos estudantes às ruas em passeatas permeadas por brados e faixas que expressavam palavras de ordem em defesa de melhor qualidade no ensino, contra a ditadura e por liberdade política. Era comum se ver ou ouvir os estudantes clamarem expressões como “abaixo a ditadura, que mata e tortura!”, “unidade popular, pra derrubar, a ditadura militar!”, “anistia ampla, geral e irrestrita!”, “abaixo a repressão!”. Talvez esse contexto explique o fato de, em que pese já haver lido algumas obras marxistas, Davidson relatar assim as motivações para militar no PCdoB:

“Pra mim, que vim do interior, foi o clima da rebeldia jovem, aquela resistência, aquela luta, o enfrentamento da luta democrática, as grandes manifestações estudantis, quer dizer, eu fui levado muito assim pelo ambiente de contestação, de rebeldia da juventude. Eu acho que foi uma consequência mais ou menos natural ingressar num partido de esquerda. É, quer dizer, eu vim pra Salvador. Eu sempre fui um cara assim muito certinho, todo organizado, participava da Igreja, jogava muito futebol. Quando eu vim pra aqui, eu me soltei um pouco nessa área, então, aí comecei a fazer farra com a galera. E, e o que vi assim no movimento estudantil... O que me levou foi muito essas manifestações estudantis. Muito impressionado com o enfrentamento com a polícia, todo esse ambiente de contestação, foi isso aí que me entusiasmou” (SANTOS, 2006).

Assim, ao revelar as suas motivações para a militância partidária o narrador salienta a sedução que exercia sobre si as manifestações estudantis e o ambiente de contestação política. Sedução essa que já vinha desde os tempos de estudante secundarista, no Colégio Dois de Julho, na Avenida Sete de Setembro, de onde saía com outros colegas para acompanhar as passeatas dos universitários. Isso, no entanto, só ocorria quando os seguranças do colégio não fechavam os portões para evitar as escapulidas juvenis em busca de ação política.

Alguma identidade política, a origem pobre, o sentimento de justiça, a presença da censura e a sedução pelas mobilizações populares foram apresentadas como motivações que impulsionaram a opção pela militância partidária em uma organização ainda clandestina, atuando

num contexto de pouca liberdade política. A rigor, com exceção de Vandilson e Messias, que falam das posições políticas defendidas pelo PCdoB e com as quais tinham identidade, os demais apresentam motivações que os poderiam levar a qualquer outra organização, o que não ocorreu. Assim, pode-se inferir, que apesar das razões que marcaram as lembranças desses narradores, outras condições fundamentais para o seu ingresso no PCdoB foram o seu envolvimento político, a presença de militantes da organização no movimento estudantil e a influência política que exerciam, enfim, os “motivos por quê”, na acepção de Schutz.

Por outro lado, cabe notar que o que pareceu significativo aos depoentes é um daqueles aspectos do mundo escolhidos pelo indivíduo “de acordo com sua própria localização na estrutura social e também em virtude de suas idiossincrasias individuais, cujo fundamento se encontra na biografia de cada um” (BERGER e LUCKMANN, 1985, p. 176). Gilberto Velho argumenta no mesmo sentido, valorizando mais a biografia - ou trajetória. Este autor, em uma de suas pesquisas, ao se deparar com “indivíduos ou famílias que, sob critérios socioeconômicos descritivos tipo renda, ocupação, educação etc., seriam incluídos na mesma categoria, mas que apresentavam fortes diferenças em termos de *ethos* e visão de mundo”, sustentou que “sem dúvida uma explicação ou um caminho é buscar na trajetória, e não apenas na posição do indivíduo, família ou grupo, a explicação ou base para seus comportamentos, preferências, aspirações” (VELHO, 2004, p. 106).

Assim, tanto a localização social como a história de vida emergem como elementos fundamentais para o entendimento das posições individuais diante dos fatos do cotidiano e da história. Tais elementos são partes constitutivas de um campo de possibilidades, diante do qual os indivíduos elaboram e re-elaboram as suas interpretações e que terminam por refletir na formulação de algum projeto, ou seja, aquilo que “ênfatiza a margem de manobra existente na sociedade para opções e alternativas”. Já que, de qualquer maneira, “um sujeito decide e escolhe um caminho específico”. Quando se trata de histórias de vida “há momentos particularmente dramáticos que podem ser reconstituídos quando o indivíduo se vê diante de encruzilhadas. Pode ser a mudança de bairro, a conversão a uma religião, a adesão a um partido político, o fim de um casamento, etc.” (VELHO, 2004, p. 43).

REFERÊNCIAS

BERGER, Peter L. e LUCKMANN, Thomas. A construção social da realidade. Petrópolis – RJ: Vozes, 1985.

BOSI, Ecléa. Memória e sociedade: lembranças de velhos. 10ª Edição. São Paulo: Cia das Letras, 2003.

CARDOSO, Ciro F. e MALERBA, Jurandir. Representações: contribuição a um debate interdisciplinar. Campinas – SP:

SCHUTZ, Alfred. Fenomenologia e relações sociais. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

VELHO, Gilberto. Individualismo e cultura. 7ª Edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro. CEAS - A resistência de setores da Igreja Católica durante o regime militar. Artigo capturado na internet em 11/11/2006, no endereço www.cehila_brasil.com.br/Biblioteca/arquivo_108.doc.

Fontes Orais

DO CARMO, Antônio Santos. Entrevista gravada em 24 de fevereiro de 2005.

FREIRE JUNIOR, Olival. Entrevista gravada em 23 de maio de 2007.

GONZAGA, Manoel Messias. Entrevista gravada em 06 de maio de 2007.

OLIVEIRA JUNIOR, Deoclides Cardoso. Entrevista gravada em 20 de março de 2006.

SANTOS, Davidson de Magalhães. Entrevista gravada em 19 de março de 2006.

SILVA, Everaldo Augusto da. Entrevista gravada em 28 de abril de 2007.